

Brasil tem chances de sediar Rio+20, afirma diplomata

O embaixador Raymundo Magno afirmou que o Brasil é forte candidato a sediar a conferência de avaliação dos resultados da Cúpula Mundial de Meio Ambiente. **Página 7**



Na reunião da Comissão de Relações Exteriores, Raymundo Santos Magno (E), Affonso Emílio Massot, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo e Antônio José Simões

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.688 – Brasília, quinta-feira, 11 de outubro de 2007

Julgamento mais rápido de autoridades

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem, em turno suplementar e em decisão terminativa, projeto que agiliza o julgamento das ações penais de autoridades que dispõem do chamado foro privilegiado. A proposta poderá seguir diretamente para a Câmara. **Página 3**

CPMF chega ao Senado, onde enfrenta resistência

Aprovada na Câmara, a proposta que prorroga a CPMF até 2011 chegou ontem ao Senado e já foi remetida ao exame da Comissão de Constituição e Justiça. O presidente da CCJ, Marco Maciel, pode indicar hoje para relatar a matéria a senadora Kátia Abreu, que já se manifestou contra a prorrogação. O governo negocia a aprovação da PEC com a oposição. **Página 5**



Célio Azeredo

Além de aprovar proposta que trata do foro privilegiado, senadores da CCJ discutiram matérias como a que cria regimento interno para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Inácio Arruda diz que CPI vai apurar todas as denúncias

O senador Inácio Arruda, designado relator da CPI das ONGs, afirmou que será apurada “toda denúncia” que chegar à comissão. Ele deverá apresentar um roteiro de traba-

lho na próxima semana, quando serão votadas as primeiras convocações de depoentes. Lúcia Vânia foi eleita vice-presidente da CPI, presidida por Raimundo Colombo. **Página 2**



Jane Araújo

Ao lado de Raimundo Colombo, Inácio Arruda (E) participa da primeira reunião da CPI

Fundo de tecnologia segue ao Plenário

O Plenário vai examinar o projeto que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aprovado nas comissões de Ciência e Tecnologia e de Constituição e Justiça. A proposta cria um conselho diretor para o fundo e abre a possibilidade de financiar empresas. **Página 8**





Leopoldo Silva

Tião Viana pede maior envolvimento da sociedade na gestão das escolas

Tião Viana registra visita do ministro da Educação ao Acre

O senador Tião Viana (PT-AC) comemorou em Plenário visita do ministro da Educação, Fernando Haddad, ao Acre, para divulgar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Além da discussão do PDE, informou o parlamentar, Fernando Haddad participou da cerimônia de inauguração da Universidade da Floresta, na cidade de Cruzeiro do Sul, no extremo oeste do estado.

Tião Viana ressaltou o objetivo principal do Ministério da Educação de conceder prioridade, por meio do PDE, à educação básica de qualidade. Ele chamou a atenção para a necessidade de envolvimento de pais, alunos, professores e gestores para a melhoria da qualidade do ensino público no país.

– Se as iniciativas do MEC não chegarem à sala de aula e beneficiarem a criança, não se conseguirá atingir a qualidade que se deseja à educação brasileira. Por isso, é importante a participação de toda a sociedade no processo – observou.

Em apartes, os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Augusto Botelho (PT-RR) parabenizaram Tião Viana pelo pronunciamento.

Na primeira reunião da comissão de inquérito, Suplicy propõe abrir espaço para entidades relevantes mostrarem seu trabalho. Heráclito discorda e sugere foco nas organizações acusadas

Relator da CPI das ONGs, Inácio Arruda quer investigação ampla

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) foi designado relator da comissão parlamentar de inquérito que investigará a ação de organizações não-governamentais (CPI da ONGs). Após a primeira reunião, ele propôs que “toda denúncia” de irregularidade que chegar à CPI seja apurada. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) foi eleita vice-presidente do colegiado, que é presidido pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC).

Já no primeiro encontro, parlamentares da base do governo e da oposição apontaram a forma como querem conduzir os trabalhos. Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a CPI abra ao máximo seus trabalhos, ouvindo não apenas dirigentes de ONGs acusadas, mas também de organizações relevantes, para que “o país conheça o importante trabalho” que elas realizam. Entre as entidades cujos dirigentes poderiam ser convidados a falar aos senadores, ele citou a Alfabetização Solidária, que tem entre seus membros Ruth Cardoso, mulher do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Heráclito Fortes (DEM-PI) discordou da idéia de “ouvir gente demais” e propôs que os senadores direcionem seus trabalhos para as ONGs suspeitas de fraudes com dinheiro repassado pelo governo federal, mas não citou nomes. Raimundo Colombo ponderou que a comissão deve



Jone Araújo

Ao lado de Raimundo Colombo (D), Inácio Arruda acolhe pedido de informações ao TCU e à CGU

fazer suas investigações sem objetivos políticos e, no final, além de propor possíveis punições para aquelas que realmente tiverem cometido fraudes, apresente sugestões para aprimorar a legislação que trata das organizações não-governamentais.

Informações

Inácio Arruda concordou com sugestões dos opositores para que a CPI peça ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU) informações sobre suas investigações em torno de fraudes praticadas por ONGs, envolvendo dinheiro público. O presidente, o relator, a vice-presidente e alguns senadores decidiram fazer visitas ao ministro da Justiça, Tarso Genro, e ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

Ficou decidido ainda que Inácio Arruda apresentará, na próxima semana, um roteiro de trabalho para a CPI, quando também serão votados os primeiros requerimentos de convocação ou convites para depoimentos.

Heráclito, autor do requerimento de criação da CPI, recomendou que os senadores se concentrem mais em documentos. Inácio Arruda argumentou que seria “interessante” ouvir dirigentes da Associação Nacional de Organizações Não-Governamentais (Abong). O senador pelo Piauí, no entanto, observou que Tatiana Dahmer, diretora da Abong, fez críticas à CPI, ao apontar que o objetivo da comissão seria “detonar” ONGs ligadas a movimentos sociais e à esquerda. Ainda não foi marcado o dia da próxima reunião da comissão.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário do Senado realiza sessão às 14h

A sessão ordinária de hoje está prevista para as 14h e tem a pauta trancada. Entre os itens que tramitam em urgência constitucional, está o projeto de decreto legislativo que aprova a programação monetária relativa ao segundo trimestre. Também consta da agenda projeto que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica.

Dornelles apresenta relatório de receita

Francisco Dornelles (PP-RJ), relator da receita do Orçamento para 2008, deve entregar hoje, às 11h, seu parecer com a estimativa de recursos da União para o próximo ano. A apresentação do relatório de receita atende às novas regras que disciplinam o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento, contidas na Resolução 1/06. Entre as normas, está a que prevê uma única atualização do valor previsto pelo senador.

CDR vota a criação de zonas de exportação

Às 11h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa 13 projetos, entre eles os que propõem a criação de zonas de processamento de exportação nos municípios de Porto Velho, Picos (PI), São Simão e Anápolis (GO), Alta Floresta e Ponta Porã (MS), Tabatinga (AM), Redenção, Tucuruí e Breves (PA) e Brasília. Ainda será analisado o projeto que dispõe sobre recursos do FNO, FNE e FCO.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Renan Calheiros, Alvaro Dias, Papaléo Paes, Tião Viana e Mão Santa

Substitutivo a projeto que suspende prescrição de ações penais contra autoridades é acatado em turno suplementar com decisão terminativa

Comissão discute regimento para o Conselho de Ética

Foram discutidos ontem na CCJ os substitutivos de duas proposições: o projeto de resolução que cria um regimento interno para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado e o projeto de lei que altera procedimentos de julgamento do Tribunal do Júri. A votação não ocorreu porque, em ambos os casos, houve pedidos de vista das propostas.

A necessidade de um regimento interno para o Conselho de Ética foi defendida por vários parlamentares durante as reuniões desse colegiado que trataram da primeira representação contra o presidente da Casa, Renan Calheiros. O senador Valter Pereira (PMDB-MS) é o autor do projeto (PRS 38/07) que institui essa regulamentação, e a relatora Lúcia Vânia (PSDB-GO) é autora do substitutivo.

Uma das medidas contidas no substitutivo prevê que, quando um senador for membro do Conselho de Ética, ou corregedor do Senado, e passar a responder a processo por quebra de decoro, será automaticamente afastado desse cargo. Se o senador for integrante da Mesa do Senado, ou presidente de comissão, e responder a esse tipo de processo, poderá ser afastado do cargo se o conselho assim o decidir.

Tribunal do Júri

Quanto ao projeto que altera procedimentos de julgamento do Tribunal do Júri (PLC 20/07), o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), destacou que essa é uma das oito propostas que o governo federal encaminhou ao Congresso em 2001 – quando o presidente da República era Fernando Henrique Cardoso – com o objetivo de reformar o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41).

Demostenes lembrou que os crimes julgados pelo Tribunal do Júri são os dolosos, como o homicídio (quando não é culposo), o infanticídio e o aborto. Ele argumentou ainda que as medidas contidas em seu substitutivo simplificam e agilizam a tramitação dos processos. Uma dessas medidas prevê que, “na primeira fase do procedimento, todos os atos são concentrados em uma única audiência, com inquirição de testemunhas, interrogatório do acusado e alegações orais, após o que se realiza o juízo de admissibilidade da acusação”.

CCJ aprova julgamento mais ágil de ações contra autoridades

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar e com decisão terminativa, substitutivo ao projeto de lei que agiliza o julgamento das ações penais em que há foro especial por prerrogativa de função – mais conhecido como foro privilegiado.

Entre os que são julgados em foro especial estão o presidente e o vice-presidente da República, senadores e deputados federais, ministros de Estado, governadores e determinados magistrados. Nos casos de crimes comuns e de responsabilidade, eles só podem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Essa matéria já havia sido aprovada em primeiro turno na semana passada. O projeto original (PLS

281/07), apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), acrescentava um artigo ao Código de Processo Civil para determinar que, em caso de ação relacionada a foro privilegiado, o respectivo tribunal teria o prazo de 180 dias para julgá-la, após o qual ficaria sobrestado o processamento de todas as demais causas que nele estivessem tramitando. Em seu substitutivo, o relator Jefferson Péres (PDT-AM) substituiu esse artigo por outro que prevê alterações na Lei 8.038/90, que institui normas para os processos sobre os quais o STJ e o STF têm competência originária para julgar.

O substitutivo também suspende, após a conclusão da respectiva instrução, a possibilidade de prescrição das ações antes da decisão final – o que impediria os réus de

se beneficiarem com a protelação dos julgamentos. Suplicy afirmou concordar com as mudanças no texto.

Ao justificar sua proposta, Suplicy ressalta que os críticos do foro privilegiado vêm na prerrogativa um incentivo à impunidade para os crimes comuns e de responsabilidade, “haja vista uma espécie de arraigada tradição, nas Cortes superiores, de postergar indefinidamente a decisão final nesses tipos de feito”. Por outro lado, o senador lembra a necessidade de “preservar as autoridades públicas mais eminentes, impedindo, por exemplo, que o presidente da República seja afastado do cargo por qualquer juiz de primeira instância ou que um ministro de Estado seja processado por um sem-número de varas”.



Marco Maciel (D) presidiu reunião da CCJ que debateu projeto sobre a avaliação de indicações de autoridades pelo presidente da República

Adiada votação de projeto sobre regras para sabatina

O projeto de resolução que disciplina a avaliação – feita pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – de indicações de autoridades pela Presidência da República foi discutido ontem no colegiado. O autor da matéria é o senador Marco Maciel (DEM-PE), presidente da comissão.

Demostenes Torres (DEM-GO), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR) solicitaram vistas do projeto, que, por isso, não foi votado ontem.

Ao apresentar o relatório elaborado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Edison Lobão (DEM-MA) e ele próprio, Jefferson Péres (PDT-AM) defendeu a proposta, argumentando que “atualmente, o processo de arguição é feito da forma como cada senador entende, sem que os indicados estejam

obrigados a apresentar outra coisa a não ser seu currículo”.

– É melhor ter regras que não sejam ideais a não ter nenhuma.

Cabe à CCJ a avaliação dos ministros do STF e dos tribunais superiores (STJ, Tribunal Superior do Trabalho e Superior Tribunal Militar), procurador-geral da República e membros do Conselho Nacional de Justiça. O parecer da CCJ, favorável ou não, é enviado ao Plenário para apreciação final.

Questionamentos

Jucá e Suplicy questionaram algumas das exigências que a proposição impõe, como a apresentação, se o indicado for advogado, da sua lista de clientes nos últimos cinco anos. Suplicy declarou que isso está em conflito com o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB), “que veda a esses profissionais a divulgação do nome de seus clientes, a não ser quando haja autorização dos mesmos ou quando ocorra em benefício da causa que patrocinam”. Outras exigências questionadas foram a apresentação de declaração da evolução patrimonial do indicado, de seu cônjuge e de seus dependentes nos últimos cinco anos, com a descrição de dívidas e dos respectivos credores; e a de que o indicado informe se parentes até segundo grau participam ou participaram, como sócios, proprietários ou gerentes, de empresas ou entidades não-governamentais.

Jefferson Péres foi favorável ao pedido de vista para que haja mais discussões. Maciel anunciou que a proposta estará na pauta da comissão na próxima semana.

CPMF, precatórios e propaganda serão temas de audiências

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), os precatórios e a regulamentação da propaganda comercial de alimentos e bebidas alcoólicas serão temas de audiências na CCJ.

A requisição do debate sobre a CPMF foi apresentada por Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador lembrou que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a validade desse tributo até 2011 foi aprovada na terça-feira na Câmara dos Deputados e chegou ontem ao Senado. Suplicy solicita a presença, nessa reunião, dos ministros da Fazenda, Guido Mantega; da Saúde, José Gomes Temporão; da Previdência Social, Luiz Marinho; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

Precatórios

Já Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou requerimento de audiências sobre os precatórios, que são o tema da PEC 12/06, da qual ele é o relator na CCJ. Precatórios são as dívidas do Executivo (União, estados ou municípios) cujo pagamento foi ordenado pela Justiça após ação judicial. A proposta foi idealizada pela equipe do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim e encampada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Para essas reuniões, Raupp solicita a presença, entre outros, do presidente da OAB, Raimundo Cezar Aragão; do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho; do secretário da Fazenda do estado de São Paulo, Mauro Ricardo Costa; e do presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

Propaganda

A audiência sobre a regulamentação da propaganda de alimentos e bebidas alcoólicas foi solicitada por Jefferson Péres, que ainda pediu que a reunião seja realizada conjuntamente com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência e Tecnologia (CCT). Jefferson solicitou a presença do diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello; do presidente do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Gilberto Leifert; e de um representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Senador diz que buscará concluir relatório até 2 de novembro, mas que não vai abrir mão de trabalhar com tranquilidade para evitar injustiças

Jefferson Péres vai relatar terceira representação

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) vai relatar, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o processo que apura denúncias de que o presidente do Senado, Renan Calheiros, teria comprado, em parceria com o usineiro João Lyra, mas por meio de “laranjas” e sem declarar à Receita Federal, emissoras de rádio e um jornal em Alagoas.

Jefferson disse que vai fazer o possível para entregar seu relatório até 2 de novembro, mas que não abre mão de traçar um roteiro de trabalho e conduzir uma investigação que traga tranquilidade para formar uma opinião sobre o caso.

– Seria um ato desonesto de minha parte não encontrar provas e pedir a cassação – afirmou.

A primeira providência



Seria desonesto pedir a cassação sem encontrar provas, diz Jefferson

do relator será a de solicitar ao corregedor Romeu Tuma (PTB-SP) cópia de toda documentação sigilosa que colheu em relação a esse processo, bem como dos depoimentos de João Lyra e do ex-diretor de *O Jornal* Luiz Carlos Barreto.

O presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO),

afirmou que, embora não descarte a possibilidade de votar no colegiado até o dia 2 de novembro todos os processos, a fixação desse prazo cabe somente aos relatores das representações.

– Os relatores têm-se empenhado ao máximo para dar agilidade aos processos. Por isso, os senadores da Casa vão entender, caso os relatores precisem de um prazo maior – disse.

Na terça-feira, o líder do DEM, José Agripino (RN), anunciou que várias lideranças políticas decidiram fixar a data de 2 de novembro como prazo final para que o Conselho de Ética aprecie todos os processos que tramitam no colegiado contra Renan. Caso o prazo não seja cumprido, os senadores prometem obstruir a pauta de votações.

Pedro Simon estranha volta à mídia de denúncia contra ele

Pedro Simon (PMDB-RS) questionou ontem o aparecimento de notícia no *Jornal do Brasil* e no jornal *O Sul*, de Porto Alegre, sobre reportagem da revista *Veja* de 25 de setembro de 1996, que o acusa de ter-se utilizado de imagens gravadas pela TV Senado para fazer campanha eleitoral.

– Isso aconteceu há onze anos e foi esclarecido. A reportagem “O rei do vídeo” faz uma alusão ao então senador Teotônio Vilela Filho, mas cita outros senadores, entre eles, eu – disse.

O senador explicou, porém, que, ao saber que as imagens que gravou na TV Senado, “a pedido do senador falecido Ramez Tebet”, foram utilizadas pela empresa de vídeo responsável pela campanha em Mato Grosso do Sul, providenciou o ressarcimento das despesas ao Senado Federal e informou à Presidência da Casa e à revista *Veja*.

Posteriormente, recordou, *Veja* publicou uma nota na página do leitor, em 2 de outubro de 1996, sob o título: “A sabedoria



Simon explica ter ressarcido despesas ao Senado há 11 anos

de um senador”, elogiando sua atitude.

Finalizando, Simon criticou o aparecimento, agora, dessa denúncia. Para o senador, o fato estaria ligado a uma suposta revanche do presidente do Senado contra senadores que pedem seu afastamento.

Edison Lobão e Romeu Tuma trocam de partido

Dois senadores mudaram de partido antecipando-se a uma possível decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a fidelidade partidária. Edison Lobão (MA) transferiu-se do DEM para o PMDB, de acordo com requerimento lido ontem em Plenário. Romeu Tuma (SP), que pertencia aos quadros do DEM, ainda não informou oficialmente à Casa sua filiação ao PTB, assinada no dia 6.

Lobão explicou à Agência Senado que pretende se candidatar a governador do Maranhão daqui a três anos e seus principais aliados, como a senadora Roseana Sarney e o deputado Alberto Silva, estão no PMDB. Tuma pretende se reeleger senador em 2010, mas o DEM escolheu outro candidato, o que o obrigou a transferir-se para o PTB.

Lobão disse não acreditar que a mudança será impugnada pelo TSE. “Entendo que o tribunal vá seguir o precedente utilizado no exame da fidelidade partidária para as eleições proporcionais. Assim, todas as mudanças efetuadas antes da decisão serão consideradas válidas”, explicou.

Com essas trocas, são oito os senadores que mudaram de sigla desde as eleições de 2006. Em dezembro, Expedito Júnior (RO) migrou do PPS para o PR, e Roseana Sarney deixou o DEM pelo PMDB. Em janeiro, Fernando Collor (AL), agora licenciado, foi do PRTB para o PTB. Seu suplente, Euclides Mello, saiu nesta semana do PTB e foi para o PRB. Em outubro, César Borges (BA) trocou o DEM pelo PR, e Patrícia Saboya (CE), ex-PSB, filiou-se ao PDT.

Dornelles pede que o TSE reveja decisão do Supremo

A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre fidelidade partidária foi considerada positiva por Francisco Dornelles (PP-RJ). Entretanto, o senador fez ressalvas à medida.

– Alcançando mais votos que o coeficiente eleitoral, o candidato seria o detentor do mandato. Por sua vez, sendo o candidato eleito com os votos do partido, o mandato então pertenceria à legenda. Mas o Supremo não fez essa distinção.

Dornelles fez um apelo ao ministro Marco Aurélio Mello, presidente do Tribunal Superior Eleitoral – que deve analisar a decisão do STF – para que leve em conta outras possibilidades, como casos de expulsão por razões estritamente políticas – o que tornaria a regra da



Dornelles é favorável à fidelidade partidária, mas aponta ressalvas

fidelidade, segundo ele, uma “ditadura das cúpulas partidárias” – e casos de fusão de partidos ou incorporação de uma legenda por outra.

– Existe ainda outra situação que justifica a mudança: quando o partido disputa uma campanha com uma certa plataforma eleitoral, contra a reforma da Previdência, por exemplo, e, depois da eleição, muda essa posição – explicou.

Garibaldi teme efeitos de decisão sobre fidelidade

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou apreensão com o alcance de recente decisão do Supremo Tribunal Federal de que os mandatos pertencem aos partidos, e não aos eleitos. O senador disse temer intervenção do Judiciário na disciplina da ação dos partidos políticos.

Depois de afirmar que sua própria militância política, iniciada em 1970 no então MDB – precursor do PMDB –, é uma prova de sua defesa da fidelidade partidária, Garibaldi ressaltou que, teoricamente, a decisão do Supremo constitui um modelo primoroso. Mas, na prática, segundo ele, as direções muitas vezes transformam os partidos em “feudos de



“Partidos viraram feudos de caciquismo”, denuncia Garibaldi

caciquismo”. Conforme observou, fidelidade não é apenas do filiado ao partido, mas também do partido ao filiado.

– A autonomia prevista na Constituição dá às direções partidárias a propriedade nua e crua das legendas, especialmente se olharmos o tratamento dado às bases dos partidos.

Gilvam Borges quer retomada de votações importantes para o país

Gilvam Borges (PMDB-AP) conclamou os senadores a retomarem as votações de projetos importantes para o país. Ele disse que o Congresso perdeu a oportunidade de legislar sobre a fidelidade partidária, por exemplo, o que acarretou a decisão do

STF sobre o assunto. Para Gilvam, os senadores não devem mais perder tempo e iniciar logo a apreciação de temas como as reformas política e tributária.

– Como o Congresso luta em promover a reforma política, o STF acabou por avançar sobre as prer-

rogativas do Legislativo e resolveu impor as regras. E não era para menos. Há mais de cinco legislaturas discutimos o assunto e não saímos do lugar – frisou.

Para o senador, temas como a influência do poder econômico nas eleições, o financiamento de cam-

panhas, a prestação de contas pelos candidatos e o sistema de listas abertas ou fechadas são assuntos que devem ter a atenção do Parlamento com urgência.

– É lamentável que as principais reformas que a nação necessita estejam se perdendo no meio, entre a

fofoca política e o desejo brutal da cassação sumária do presidente desta Casa – ressaltou Gilvam, criticando a postura de alguns senadores que discursaram pedindo o afastamento do presidente do Senado, Renan Calheiros, na terça-feira.



Gilvam critica senadores por pedirem afastamento de Renan



Eliseu Resende elogia concessão de rodovias à iniciativa privada

Pedágios em rodovias não serão altos, prevê Eliseu

Eliseu Resende (DEM-MG) elogiou ontem a iniciativa do governo federal de conceder trechos de rodovias federais à iniciativa privada. Para o senador, o preço dos pedágios a serem cobrados é pequeno se comparado aos benefícios que a concessão trará para o desenvolvimento da infra-estrutura nacional.

Ex-ministro dos Transportes, o parlamentar de Minas Gerais opinou que a medida deve ser estendida para ferrovias, portos, aeroportos e para o setor de energia.



Obra começou há 26 anos ao custo de R\$ 500 mi, lembra Marconi

Marconi comemora final da duplicação da BR-060

O final da duplicação da BR-060, ligando Anápolis a Brasília, foi comemorado ontem pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), lembrando que a obra foi iniciada há 26 anos ao custo de R\$ 500 milhões e recebeu grande apoio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Marconi disse que, quando era governador de Goiás, se empenhou para suspender o embargo imposto pelo Ministério Público Federal a alguns trechos da obra de duplicação, por suspeita de superfaturamento.

Proposta que estende até 2011 cobrança de tributo chega ao Senado e vai ao exame da Comissão de Justiça, que emitirá parecer

Senadores divergem sobre prorrogação da CPMF

Menos de 24 horas depois de aprovada pela Câmara, em segundo turno, foi lida no Plenário do Senado, no final da tarde de ontem, a proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. A proposição será examinada agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que emitirá parecer.

O presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-

PE), pretende oficializar ainda hoje a escolha da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) para relatar a matéria. Em entrevista à imprensa, ela anunciou que vai votar pela rejeição da PEC (89/07, no Senado). Pelo regimento, a senadora terá até 30 dias para apresentar seu relatório. A oposição poderá pedir, depois, prazo para examinar o texto.

Como o governo não conta com 49 votos necessários para aprovar a prorrogação do tributo,

líderes da base governista já estão iniciando negociações com a oposição. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), informou aos jornalistas que os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, farão, às 10h de hoje, uma visita a Marco Maciel para conversar sobre a tramitação da CPMF e sua importância para o governo.

Falando à imprensa, o senador Tasso Jereissati (CE),

presidente nacional do PSDB, afirmou que a proposta, “do jeito que está”, não contará com votos do partido. Ele sugeriu que a prorrogação seja negociada com o governo dentro da reforma tributária. Jereissati é presidente de uma subcomissão do Senado que discute a reforma.

Esforço

Romero Jucá acrescentou que o governo federal não trabalha com a possibilidade de não se votar a CPMF ainda em 2007.

A vigência da contribuição termina no dia 31 de dezembro próximo e, caso não haja prorrogação, ela só poderia voltar a ser cobrada 90 dias depois de instituída.

A proposta prorroga também, até 2011, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo que autoriza o governo federal a gastar, conforme seu interesse, 20% das receitas que têm destinação constitucional obrigatória, como educação e saúde.

Mário Couto



“Nação só está tirando do bolso do brasileiro”

Mário Couto (PSDB-PA) condenou o volume da atual carga tributária e a proposta de prorrogação da CPMF. “A cobrança de impostos neste país é insuportável. Ela é tão excessiva e estúpida que a população está esperando que nós, aqui do Senado, estanquemos essa cobrança insuportável sobre a sociedade brasileira”, disse o senador, ao criticar os deputados que votaram a favor da continuidade da cobrança do tributo.

Ele afirmou que o atual volume de impostos é prejudicial ao país. Em 2002, lembrou, a carga tributária representava 31,86% do produto interno bruto (PIB) nacional, contra 34,23% em 2006.

– Daqui a quatro anos chegaremos à metade do PIB. A nação não está produzindo, só está tirando do bolso do brasileiro.

Mário Couto lamentou ainda que a corrupção cause um prejuízo de US\$ 3,5 bilhões ao país.

Heráclito Fortes



Executivo quer forçar aprovação da proposta

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que, ao insistir na aprovação, em 30 dias, da prorrogação da CPMF, o governo se esquece de outra matéria importante – o Orçamento para 2008.

– O governo não alertou para o prazo de votação do Orçamento. É estranho que não tenha alertado para a exigüidade do tempo. É evidente que teremos uma discussão difícil.

O senador acusou o governo de estar exercendo pressão sobre a Casa, utilizando “artimanhas de difícil compreensão”.

Heráclito também comentou denúncia do *site* portalaz.com.br sobre irregularidades no programa Luz para Todos. Segundo o *site*, empresa de Pernambuco venceu, por R\$ 1 sobre a concorrente, licitação para a realização de obras no Piauí. O problema, segundo o parlamentar, é que, em vez de ser uma firma de engenharia, tratava-se de uma empresa de cosméticos.

Eduardo Suplicy



Contribuição é fundamental para programas sociais

Ao defender a aprovação da proposta pelo Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP) sustentou que a manutenção do imposto é fundamental para a continuação dos programas sociais do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O senador fez uma ressalva a declarações atribuídas ao líder do DEM, José Agripino (RN), no sentido de que quem votou em Plenário pela condenação de Renan por quebra de decoro parlamentar votará contra a prorrogação.

– Não concordo. Eu votei, sim, pela quebra de decoro parlamentar naquele caso. Mas estou tentando compreender a CPMF e espero que o governo venha a esclarecer no Senado a natureza desse imposto – afirmou o petista.

Suplicy elogiou ainda a escolha de Jefferson Péres (PDT-AM) para a relatoria da terceira representação contra Renan Calheiros no Conselho de Ética.

Renato Casagrande



Debate sobre gastos deve preceder votação

O líder do PSB, Renato Casagrande (ES), advertiu que, para a aprovação da proposta de emenda constitucional, será preciso discutir a melhoria da qualidade dos gastos do governo. Além disso, salientou, será necessário destinar mais recursos à área da saúde, como vem sinalizando a opinião pública.

O senador criticou declaração do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que, caso o Senado não aprove a CPMF, o governo teria que aumentar impostos.

Casagrande defendeu a regulamentação da Emenda 29, de modo a definir quanto cada ente da Federação vai gastar com saúde pública. No entanto, criticou a proposta em tramitação no Senado que vincula os gastos com saúde à variação do PIB e considera como despesas com saúde os investimentos em saneamento e o pagamento de despesas com pensionistas e aposentados.

Antonio Carlos Júnior



Governo precisa reduzir tributos e investir mais

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) criticou o que chamou de barganha do governo em busca de votos para aprovar a proposta que prorroga a vigência da CPMF até 2011.

Segundo o senador, cargos e emendas estão sendo utilizados para atrair congressistas a integrarem partidos da base governista, além da “partidarização” das agências reguladoras. São R\$ 686 bilhões do Orçamento que estão sob controle de aliados, acusou Antonio Carlos Júnior.

– A CPMF é boa para o governo, que entende que administrar só é possível arrecadando-se cada vez mais. O governo precisa do tributo porque não consegue e não quer diminuir seus gastos, nem transformá-los em investimento.

Se o governo quer que o país alcance níveis elevados de crescimento, alertou o parlamentar, precisa aliviar a carga tributária e investir mais.



Paim: governo deve promover pesquisas sobre enfermidade

Paim quer atenção para as doenças falciformes

Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção para a importância de políticas públicas voltadas para as doenças falciformes. Ele ressaltou que essas doenças, cujo tipo mais conhecido é a anemia falciforme, são hereditárias e determinam manifestações clínicas já nos primeiros anos de vida.

O governo, disse Paim, deve incentivar a pesquisa sobre essas doenças, prevalente na população negra e pobre, e desenvolver campanhas de educação sobre o tema. Ele lembrou que o Estatuto da Igualdade Racial, de sua autoria, trata do assunto.



Neuto cobra unidades da UFSC em região produtora de suínos e aves

Neuto propõe universidade no oeste de SC

Neuto de Conto (PMDB-SC) anunciou a apresentação de emenda ao Plano Plurianual (PPA) 2008/11 e à Lei Orçamentária do próximo ano, visando à criação da Universidade do Mercosul, nas cidades de Chapecó e São Miguel do Oeste, em Santa Catarina.

O senador reclamou do fato de o governo federal apresentar projeto para estender a várias regiões de seu estado *campi* avançados da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), deixando de fora a região oeste, produtora de carne suína e de frango.

Objetivo de audiência pública com Temporão é instruir projeto sobre financiamento da saúde pública

Ministro vai debater na CAS recursos destinados à saúde

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, deverá participar de debate em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre a distribuição de recursos da União vinculados à saúde e destinados aos estados, Distrito Federal e municípios. Requerimento com essa finalidade, de iniciativa do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado ontem pelo colegiado. O senador também sugeriu a presença dos secretários de Saúde do Rio de Janeiro, Sérgio Luiz Côrtes da Silveira, e de Minas Gerais, Marcus Vinicius Caetano Pestana da Silva.

A audiência tem a finalidade de instruir o projeto de lei (PLS 121/07) do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a



Nery (E), Quintanilha, Azeredo e Paim na Comissão de Assuntos Sociais

Emenda Constitucional 29, que determina valores mínimos a serem aplicados anualmente pelos estados, Distrito Federal, municípios e União em ações e serviços públicos de saúde. A proposta estabelece ainda os critérios de rateio dos recursos, bem como as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo. A proposição já foi aprovada pelas co-

missões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

Na mesma reunião, a CAS também aprovou requerimento de Augusto Botelho convidando o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, para apresentar aos senadores do colegiado os programas sociais da pasta. As datas das audiências ainda serão definidas.

Azeredo manifesta preocupação com o setor

Em discurso no Plenário, Eduardo Azeredo ressaltou a importância do debate com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que será realizado na Comissão de Assuntos Sociais, sobre a distribuição de recursos da União vinculados à saúde e destinados aos estados, DF e municípios.

O senador está preocupado com a diminuição dos investimentos federais no setor.

Citando dados do diretor do Departamento de Economia da Saúde, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Elias Antônio Jorge, Azeredo disse que

os gastos federais com saúde, entre 2000 e 2005, aumentaram 64%. No mesmo período, afirmou, os gastos dos estados subiram 146% e os dos municípios, 78%.

Em apartes, Paulo Paim (PT-RS), Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiaram o discurso de Azeredo.

CAS pede explicação sobre medicamentos

A Comissão de Assuntos Sociais decidiu ontem encaminhar ao Ministério da Saúde denúncia sobre a falta de atendimento a pacientes com doenças graves crônicas que necessitam de medicamentos não incluídos em portarias daquela pasta. A denúncia é do Movimento pela Vida Brasil Mostra sua Cara. A matéria ainda será examinada pelo Plenário.

O movimento encaminhou a denúncia à Presidência do Senado, em março deste ano, para uma posição a respeito de decisão do

Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu tutela antecipada no sentido de que o estado de Alagoas fornecesse medicamentos necessários ao tratamento de transplantados renais e pacientes renais crônicos em hemodiálise. A decisão tem sido utilizada no estado como jurisprudência.

O senador Flávio Arns (PT-PR) explicou que a lista de medicamentos do ministério não é atualizada há cerca de cinco anos e, portanto, não inclui algumas doenças graves, bem como determina dosagens

inferiores à necessidade dos pacientes. Segundo afirmou, as pessoas estão obtendo os remédios por meio de medidas liminares, o que, disse, causa muitos transtornos aos doentes.

– O direito à saúde é fundamental. A universalidade e a integralidade estão previstas para todos – observou Arns, acrescentando que o movimento é composto por associações de pessoas portadoras de doenças crônicas de vários estados brasileiros, que precisam de medicamentos de alto custo.

Criação de conselhos vai ao Plenário

Foi aprovado ontem pelos senadores da Comissão de Assuntos Sociais parecer de Leomar Quintanilha (PMDB-TO) favorável a emendas da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado que cria o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e os conselhos regionais da categoria.

De autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), o projeto (PLS 347/03), já aprovado pelo Senado, recebeu três emendas na Câmara. A proposição vai agora ao Plenário.

Rejeitada cota para candidato com deficiência

Parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pela rejeição de projeto que reserva 5% do número de vagas de cada partido ou coligação, em eleições proporcionais, para pessoas com deficiência foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais.

– Essa cota não levaria à maior presença de pessoas com deficiência entre os candidatos. É preciso uma permanente conscientização da sociedade sobre a questão para estimular a participação política – disse Azeredo.

Pesar por mortes em Santa Catarina

Os senadores por Santa Catarina Neuto de Conto (PMDB) e Ideli Salvatti (PT) apresentaram voto de pesar pelas vítimas dos dois acidentes ocorridos na BR-282, no estado, na noite de terça-feira.

Os acidentes, que deixaram 27 mortos e cerca de 80 feridos, aconteceram na altura do quilômetro 630 daquela rodovia, quando um ônibus com 42 pessoas, que seguia de Chapecó para São João do Cedro, colidiu com um caminhão.

Homenagem à sociedade de ortopedia

O Senado homenageou ontem, em sessão especial, a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT). O senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que requereu a realização da sessão, disse que a sociedade é composta por 9.631 ortopedistas, que atendem a cerca de 12 milhões de brasileiros por ano.

Paulo Duque observou que cabe ao ortopedista e ao traumatologista atenderem pacientes de todas as faixas etárias no tratamento de doenças congênitas, lesões esportivas, acidentes pessoais ou do trabalho e lesões decorrentes de violência e traumas de toda ordem, incluindo vítimas de trânsito.

Compuseram a Mesa o presidente da SBOT, Marcos Esner Musafir; o deputado Darcísio Perondi, presidente da Frente Parlamentar da Saúde; e o vice-presidente da Associação Médica Brasileira, Hélio Barroso, entre outros.

Esforço

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse, em discurso lido por Paulo Duque, que a Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia tem desempenhado um dos mais importantes papéis para aumentar a consciência sobre o flagelo nacional dos acidentes de trânsito.

Segundo Renan, tramitam no Congresso Nacional dezenas de projetos de lei com o objetivo de implementar controle e punição mais rigorosos para os motoristas irresponsáveis, especialmente os que fazem ingestão de álcool.

Por sua vez, Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que só votará a favor da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) se os recursos desse tributo forem destinados exclusivamente à saúde.

Já Marconi Perillo (PSDB-GO) salientou que os profissionais das áreas de ortopedia e traumatologia, com o auxílio das novas tecnologias, conseguem devolver os movimentos à grande maioria dos pacientes e reparar lesões e fraturas.

Divulgação



Representante da universidade e Efraim Morais (E) assinam convênio

ILB e Universidade de Salamanca são parceiros

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade de Salamanca firmaram protocolo de intenções inaugurando uma parceria para oferecer cursos, seminários e intercâmbios para habilitação na área de recursos humanos. Acompanhado do diretor-geral, Agaciel Maia, e da diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), definiu como histórica a assinatura desse documento, que situa num novo patamar a política de capacitação conduzida pelo Senado. O convênio foi firmado na Espanha.

– O presente convênio abre o ILB definitivamente para o mundo. Já contamos, entre nossos parceiros, com

o apoio da Open University. Esta associação com a Universidade de Salamanca, uma das mais tradicionais instituições universitárias da Europa e do mundo, representa, para o ILB, o coroamento de dez anos de envolvimento sério e consistente com a formação e a capacitação de recursos humanos, e a abertura de novas e estimulantes possibilidades – disse Efraim.

O senador traçou um histórico do ILB, criado pelo ex-presidente José Sarney, e explicou que o instituto oferece cursos sobre assuntos que abrangem áreas como Direito, Economia, Relações Internacionais e Redação. Mais de 30 mil pessoas já foram formadas.

Sudoeste do PR terá isenções fiscais, comemora Osmar Dias

Ao lembrar a Revolta dos Posseiros, movimento em que vários colonos morreram em defesa das suas propriedades, que fez 50 anos ontem, o senador Osmar Dias (PDT-PR) festejou a sanção de uma lei criada pelo deputado estadual Augustinho Zucchi (PDT) que vai permitir a implantação definitiva do pólo de eletroeletrônicos do sudoeste do Paraná, abrangendo os municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos.

Osmar Dias explicou que a nova lei dá o mesmo tratamento tributário de que já desfruta a cidade de Foz do Iguaçu, como a isenção no pagamento de ICMS antecipado na importação de insumos. Ele disse que uma empresa de alta tec-



Osmar Dias: lei irá viabilizar pólo de eletroeletrônicos na região

nologia pretendia deixar o município de Pato Branco para se instalar em outra região, mas com a aprovação da lei já anunciou que ampliará suas instalações para poder contratar mais 600 funcionários.

O senador observou que a iniciativa irá dar oportunidade aos filhos dos pequenos agricultores terem novas profissões.

Mão Santa pede investimentos em educação

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que “o Brasil vive o seu pior momento na história”, ao criticar a falta de investimentos em educação no país.

– O Brasil vai mal. Este país está caminhando para a ignorância. Plantemos nas crianças o amor ao ler e ao saber – defendeu.

O senador disse que a falta de estímulo à educação contribui para deixar as pessoas “cada vez mais miseráveis” e lamentou o número insuficiente de bibliotecas nas cidades brasileiras.

– Estamos mal educados, sem bibliotecas e livros. Falta respeito e conhecimento. No Chile, a política não é corrupta. Em Buenos Aires, as livrarias ficam abertas até as 4h da manhã e todo mundo respeita – observou.

Homenagem póstuma a radialistas

Os senadores gaúchos Sérgio Zambiasi (PTB) e Paulo Paim (PT) lamentaram a morte de dois jornalistas gaúchos, os radialistas Amir Domingues e Lupi Martins. O primeiro morreu no domingo e o segundo na terça-feira.

Zambiasi observou serem eles “dois dos mais destacados e competentes radialistas”, que “escreveram seus nomes na história da comunicação e do jornalismo do Rio Grande do Sul”.

– O Rio Grande perdeu dois ícones da nossa imprensa. Por várias vezes, todos nós, senadores gaúchos, fomos entrevistados por ambos – disse Paim.

Junto com Zambiasi e Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim apresentou voto de pesar.

Comissão de Relações Exteriores aprova indicações de embaixadores para representar o Brasil no Protocolo de Montreal, na Venezuela e na Grécia



Raymundo Santos Magno (E), Affonso Emílio Massot, Heráclito Fortes e Antônio José Ferreira Simões

Diplomata: Brasil é “forte” candidato a sediar Rio+20

O Brasil será um candidato “forte e natural” para sediar, em 2012, a Rio+20, conferência de avaliação dos resultados da Cúpula Mundial de Meio Ambiente de 1992, disse ontem o embaixador designado para representar o país em Montreal, Raymundo Santos Rocha Magno. A mensagem presidencial que contém a sua indicação para o posto recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), juntamente com as indicações dos novos embaixadores em Caracas e Atenas.

Criada neste ano, a delegação brasileira em Montreal, no Canadá, é responsável pelo acompanhamento da implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, cujo secretariado fica na cidade, e do Protocolo de Montreal, que estabelece medidas para a proteção da camada de ozônio. Raymundo Magno será também

delegado permanente junto à Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci), igualmente localizada em Montreal.

O embaixador informou que o Brasil foi recentemente eleito para ocupar a terceira vice-presidência da Oaci. Ele ressaltou ainda que o governo brasileiro adota uma postura favorável à preservação da biodiversidade no planeta, mas vincula essa postura à repartição dos benefícios econômicos obtidos a partir da utilização de recursos genéticos entre as empresas que usem os recursos e os países onde esses recursos são localizados.

Venezuela

Também recebeu parecer favorável da CRE a mensagem presidencial de indicação de Antônio José Ferreira Simões para ocupar o cargo de embaixador do Brasil junto à Venezuela. O relator da mensagem foi o senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Simões destacou a complementaridade das economias do Brasil e do país vizinho. Enquanto o Brasil tem uma grande potencialidade industrial e agrícola, comparou, a Venezuela é uma grande potência energética. Conforme o embaixador, as atuais reservas certificadas de petróleo venezuelanas, de 80 bilhões de barris, ocupam a sexta posição entre as maiores do mundo. Caso venham a ser certificadas as reservas de óleo extrapesado na bacia do Orenoco, observou, o país será o primeiro no setor.

A comissão aprovou ainda a indicação de Affonso Emílio de Alencastro Massot para embaixador na Grécia. A indicação teve como relator *ad hoc* Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Massot disse que pretende “sacudir” as tradicionais relações com a Grécia, com ênfase para as áreas de comércio, serviços e cultura.

Secretaria de Pesca quer reforçar orçamento

O secretário especial da Aqüicultura e Pesca, Altemir Gregolim, apelou aos senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para que o colegiado apresente emenda ao projeto de lei orçamentária de 2008, em favor da pasta, no valor de R\$ 20 milhões. O pleito foi apresentado ontem em audiência promovida pela CRA para debater o orçamento e o planejamento das

ações da secretaria para os próximos quatro anos.

Gregolim sugeriu duas opções para a destinação dos recursos, uma das quais a cobertura de despesas com estudos necessários à demarcação de zonas de produção pesqueira em reservatórios de grandes hidrelétricas e na costa marítima, requisito para a concessão de lotes de pesca a pescadores ou empresas. Como segunda finalidade,

citou projetos de infra-estrutura em zonas de pesca artesanal, como fábricas de gelo e unidades de beneficiamento de pescado, para organização da atividade em condições físicas e sanitárias adequadas.

– A infra-estrutura é um dos grandes gargalos do setor, onde é preciso produzir com maior valor agregado e para que também se tenha preços mais acessíveis ao consumidor – disse.

Márcio Kallume



Leopoldo Silva

Alvaro critica governo por elevar gastos com custeio e com pessoal

Alvaro Dias aponta aumento em impostos federais

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que “no mínimo seis impostos e contribuições federais aumentaram, incluindo dois que incidem diretamente sobre o salário dos trabalhadores: o Imposto de Renda e a contribuição previdenciária”.

O senador criticou o governo por, ao mesmo tempo em que obtém uma maior arrecadação, aumentar os gastos de custeio e de pessoal, “na contramão da eficiência administrativa”. E condenou a prorrogação da vigência da CPMF, que “já confiscou R\$ 250 bilhões do povo brasileiro”.

Sibá vê vantagens do etanol a partir da mandioca

Sibá Machado (PT-AC) propôs a regionalização da produção de etanol, a partir da variação da matriz atual, utilizando-se a mandioca. O senador relatou visita ao Centro de Raízes e Amidos Tropicais, da Universidade Estadual de São Paulo de Botucatu, onde conheceu pesquisa para produção do álcool etanol a partir da mandioca.

Conforme o senador, esta é a oportunidade para que cada região produza álcool a partir de seus produtos característicos, permitindo abertura de mercado para agricultores familiares.



Leopoldo Silva

Para Sibá, alternativa abre mercado para agricultura familiar

Comissão aprova proposta que abre possibilidade de financiamento de projetos tecnológicos das empresas

Vai ao Plenário estímulo à pesquisa

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem parecer do senador Renato Casagrande (PSB-ES) favorável ao projeto de lei que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A proposta, que tramita em regime de urgência, também recebeu parecer favorável na reunião de ontem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF). A proposição segue para deliberação do Plenário.

Entre as medidas previstas no projeto (PLC 80/07), estão a criação de um conselho diretor e a possibilidade de os

recursos do fundo serem utilizados em empréstimos a empresas. Casagrande destacou em seu relatório que o FNDCT destina-se a financiar a pesquisa no Brasil. O fundo, acrescentou o senador, contará com três modalidades de recursos: os não-reembolsáveis, para projetos de iniciativa científica e tecnológica; os reembolsáveis, para financiamento a empresas; e os de aporte de capital.

O projeto foi apresentado pelo Executivo e acolhido na Câmara em setembro. Atualmente, a verba do FNDCT é composta principalmente pelos recursos dos fundos setoriais, os quais começaram a ser criados no final da década de 1990. A Presidência da República, na exposição de motivos

da matéria, se compromete “a reduzir gradualmente o contingenciamento de recursos para o setor”.

Renato Casagrande lembrou que projeto semelhante, do ex-senador Roberto Saturnino, foi aprovado no Senado e vetado pelo governo federal porque teria “vício de iniciativa”, ou seja, a autoria não poderia ser de um parlamentar e precisava ter origem no Executivo.

Conselho gestor

A gestão do fundo, conforme o Executivo, ficará a cargo de um conselho gestor composto por diversos órgãos do governo federal e por institutos de pesquisa. Além disso, o FNDCT terá um comitê de coordenação e a secretaria executiva do fundo ficará a cargo da

Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

O relator da proposta observou que o incentivo à ciência e à tecnologia tem forte ligação com o desenvolvimento do país. No Brasil, o setor recebe apenas 1% do produto interno bruto (PIB), segundo Casagrande, mas países que conseguem melhorar taxas de desenvolvimento investem pelo menos 2% do PIB em pesquisa, informou ainda o senador. Ele afirmou que não acatou as emendas propostas para garantir a rapidez da aprovação da matéria, uma vez que, se o projeto for modificado, terá que voltar para exame da Câmara. Casagrande espera que o FNDCT esteja regulamentado a partir de 2008.



Célio Azevedo

Crivella (C) preside audiência que revela divergências sobre cadastro de usuários que não querem ser contatados

Debate aborda atividades de telemarketing

Audiência realizada ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia discutiu dois projetos que tramitam em conjunto e tratam da regulamentação das atividades de telemarketing. A necessidade de regulamentar o setor foi defendida pela unanimidade dos representantes de entidades públicas e privadas de defesa do consumidor. Eles também apoiaram a possível criação de uma lista de usuários que não desejem ser contatados por serviços de telemarketing ativo (quando o usuário recebe a ligação).

A coordenadora de assuntos jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Maria Beatriz Salles, defendeu reiteradamente

a elaboração da lista de exclusão. Ela também é a favor de que a atuação do serviço de telemarketing deve ser restrita ao horário comercial.

Já o presidente do conselho deliberativo da Associação Brasileira de Teleserviços, Topázio Silveira Neto, apesar de concordar com a necessidade de haver regras, defendeu a autorregulamentação do setor. Segundo Topázio Neto, o telemarketing ativo emprega cerca de 200 mil pessoas no Brasil e a criação de uma lista de usuários que não desejem ser contatados pode trazer riscos à atividade.

A audiência foi requerida pelo relator dos projetos, Renato Casagrande, que destacou a importância do debate para ajudar a equilibrar visões distintas e para

auxiliar na elaboração de um substitutivo que deverá oferecer aos dois projetos. O PLS 243/04 é de Roseana Sarney (PMDB-MA) e o PLS 123/07, de Expedito Júnior (PR-RO).

O superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas José Valente, ressaltou que não é atribuição da agência construir e gerenciar o cadastro de usuários que não desejem ser alvo de telemarketing ativo.

O senador Eduardo Azevedo (PSDB-MG) observou que as chamadas para os números 0800, ou seja, feitas pelo consumidor, representam 80% dos empregos no setor e que apenas 20% dos postos de trabalho seriam afetados por restrições ao telemarketing ativo.

Substitutivo de Casagrande vai unir dois projetos

Os dois projetos discutidos em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia receberam um substitutivo do relator Renato Casagrande, que irá unir partes das duas proposições. O PLS 123/07 regulamenta “as chamadas telefônicas não-solicitadas para oferta de bens, serviços ou solicitar donativos”. De acordo com a proposta, no início da chamada deve haver identificação completa da entidade ofertante e declaração precisa do objetivo da chamada. A proposição estabelece ainda que, quando um usuário pedir para não ser incluído na lista de chamadas, essa determinação valerá por quatro anos.

O PLS 243/04, por sua vez, “proíbe abusos e fraudes nos serviços de telemarketing e implementa o Cadastro Nacional de Chamadas”. O cadastro – uma lista com os nomes de quem não deseja ser alvo do telemarketing ativo – foi um dos temas que mais causou polêmica na audiência pública de ontem.



Moreira Mariz

Arns: governo erra ao suspender construção de escolas especiais

Flávio Arns defende revogação de norma do MEC

Flávio Arns (PT-PR) informou ontem que a Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência, da qual é vice-presidente, entregou ao ministro da Educação, Fernando Haddad, documento em que solicita a revisão de norma preliminar do ministério que recomenda a suspensão da construção de escolas especiais destinadas ao atendimento de portadores de deficiência. Arns disse que a decisão do Ministério da Educação é “um equívoco”, pois teria como base experiências européias que não guardam relação com a realidade brasileira.



Moreira Mariz

Belezas naturais do estado foram lembradas por Delcídio Amaral

Delcídio saúda aniversário de Mato Grosso do Sul

A passagem do 30º aniversário de criação do estado de Mato Grosso do Sul, ontem, foi saudada pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). Ele ressaltou a cultura e as belezas naturais do estado, que foi um grande indutor do desenvolvimento do Centro-Oeste, através do rio Paraguai.

Delcídio lembrou que o estado tem a segunda maior população indígena do Brasil e sua principal característica é a miscigenação de sua gente. Ele também homenageou o Marechal Rondon, figura mítica no estado.